



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO REDONDO
CPL – Comissão Permanente de Licitação

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA POR VALOR
- Art. 24, II - Lei 8.666/93

Nos termos do art. 24, da Lei n° 8.666/93, e alterações posteriores, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Poço Redondo, instituída pela Portaria n° 020/2023, de 02 de janeiro de 2023, apresenta Justificativa para a contratação de empresa de contratação de empresa especializada em locação de veículos para a locação de 01 (um) veículo para esta Casa Legislativa.

Considerando a necessidade da locação de 01 (um) veículo para esta Câmara;

Considerando que a necessidade dessa locação decorre da precisão de deslocamentos do pessoal desta Câmara Municipal, bem como de seu Presidente, no cumprimento de suas funções institucionais;

Considerando que a locação de um veículo para a Câmara Municipal de Poço Redondo não se refere a parcelas de um mesmo serviço que possa ser realizado conjunta, concomitantemente e de uma só vez;

Considerando que o custo econômico para essa licitação é superior ao benefício dela extraível e que a pequena relevância econômica não justifica os gastos com uma licitação comum, além de se poder causar prejuízos à Administração, inclusive com o acréscimo de preços, além da impossibilidade de deslocamentos para os quais o serviço aqui esta sendo pretendido, incluído nisso a demanda de tempo que o certame licitatório exigiria;

Considerando que um procedimento licitatório é desnecessário, pois se tem, neste caso, hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 24, inciso II da Lei n° 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o art. 26 da Lei n° 8.666/93, com a redação dada pela Lei n° 11.107/05, em seu parágrafo único, estabelece as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação – razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço – **ainda que dispensada a justificativa para o presente caso**, de acordo com o *caput* do mesmo artigo supramencionado, o qual achamos por bem transcrever:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2° e 4° do art. 17 **e no inciso III e seguintes do art. 24**, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, **necessariamente justificadas**, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8° desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO REDONDO
CPL – Comissão Permanente de Licitação

(três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço; (destaquei).

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa **OPTYMUS SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI CNPJ 26.824.455/0001-15** não foi contingencial. Prende-se ao fato de ter sido ela a que possui o menor preço dentre aqueles pesquisados para a locação e que o preço, conforme se pode, facilmente, constatar através da confrontação dos preços praticados pelas demais empresas e da proposta apresentada pela empresa que se pretende contratar, é compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, um pouco abaixo daqueles demais apresentados.

Considerando, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no *caput* suso-aludido artigo, atemo-nos aos ensinamentos do Ilustre Administrativista Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, quando preconiza que: “*Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26.*”¹, é que assim o fizemos.

Ex positis é que entendemos ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 24, II, c/c art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua edição atualizada.

Assim, como já dito, feita a pesquisa de preços de mercado e analisada a documentação exigida foi escolhida a empresa **OPTYMUS SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI CNPJ 26.824.455/0001-15**, por ter apresentado menor preço. A proposta da empresa vencedora apresentou o seguinte valor: R\$5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, para a locação de 01 (um) veículo, totalizando o valor de R\$10.200,00 (dez mil e duzentos reais) pelo período de 60 (sessenta) dias. As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação correrão por conta seguinte dotação orçamentária:

- UO:1 – Câmara Municipal de Poço Redondo
- Ação: 01.031.1019.2001 – Manutenção da Câmara Municipal

¹ in JUSTEN Filho, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 2006. Dialética.

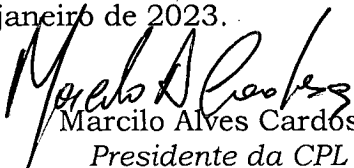


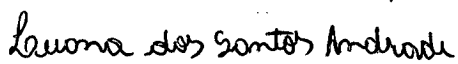
ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO REDONDO
CPL – Comissão Permanente de Licitação

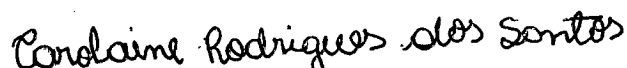
- Classificação Econômica: Classificação Econômica: 3390.39.00.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica
- Fonte de Recursos: 15000000

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 26 da mesma norma jurídica já aqui mencionada, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas a título de formalização, submetemos a presente justificativa ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Poço Redondo, para apreciação e posterior ratificação.

Poço Redondo, 06 de janeiro de 2023.

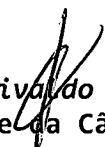

Marcelo Alves Cardoso -
Presidente da CPL


Luana dos Santos Andrade
Membro


Caroline Rodrigues dos Santos
Membro

Ratifico.

Em, 06 de janeiro de 2023.


Josivaldo de Souza
Presidente da Câmara Municipal
de Poço Redondo